

Auricchio se torna primeiro ex-prefeito de São Caetano associado a crimes fiscais em CPI

Redação

Pela primeira vez na história política de São Caetano, um ex-prefeito teve o nome associado a um pedido formal de responsabilização decorrente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O relatório final da CPI da Dívida, aprovado por 18 votos a 2 pela Câmara Municipal, concluiu que houve graves irregularidades nas contas públicas durante o último ano da gestão de José Auricchio Júnior, apontando inclusive indícios de atuação dolosa na condução das finanças do município.

Print do Painel de Votação da Câmara de Vereadores de SCS.

O documento aprovado pelos vereadores sustenta que não se tratou apenas de erros administrativos ou falhas pontuais de gestão. Segundo o relatório, foram identificadas “condutas de elevada gravidade”, em desconformidade com os princípios da legalidade, moralidade e responsabilidade fiscal. A própria CPI afirma que há “indícios consistentes de atuação dolosa”, ou seja, de ações conscientes e deliberadas voltadas a alterar a realidade fiscal da Prefeitura.

A investigação foi aberta para apurar as movimentações contábeis e financeiras realizadas em 2024, último ano do mandato de Auricchio. Durante os trabalhos, a comissão analisou mais de 30 mil páginas de documentos fiscais e contábeis, com apoio técnico da Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia, vinculada à Universidade de São Paulo. O resultado foi a conclusão de que a dívida da Prefeitura ultrapassou R\$ 1 bilhão ao fim do governo, cenário classificado como crítico e sem precedentes para a cidade.

Entre as principais irregularidades apontadas pela CPI está o cancelamento de R\$ 30,3 milhões em despesas que já haviam sido liquidadas, com notas fiscais e reconhecimento oficial, no dia 30 de dezembro de 2024. Para os vereadores, a medida não teve caráter técnico ou operacional, mas sim o objetivo de forjar artificialmente uma situação de equilíbrio financeiro no encerramento do mandato. O relatório afirma que houve “manipulação contábil para mascarar o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

A comissão também identificou uma discrepância de R\$ 20,6 milhões entre os valores que a Prefeitura alegava ter em caixa e os saldos bancários efetivamente existentes. Além disso, apontou o uso de R\$ 47,5 milhões do orçamento de 2025 para pagar despesas de 2024, o que teria servido para esconder parte do déficit

deixado pela gestão anterior. Outro dado considerado grave foi a existência de R\$ 154,6 milhões em despesas sem empenho prévio, muitas delas relacionadas à área da Saúde e mantidas fora dos registros oficiais.

Diante desse conjunto de fatos, a CPI recomendou o encaminhamento do relatório ao Ministério Público do Estado de São Paulo, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao Ministério Público de Contas, à Controladoria Geral do Município e à Secretaria do Tesouro Nacional. A expectativa é que os órgãos aprofundem as investigações e apurem eventual prática de crimes contra as finanças públicas, improbidade administrativa e fraude contábil.

Segundo o próprio relatório, Auricchio pode ser enquadrado em dispositivos do Código Penal que tratam da inserção de dados falsos em sistemas públicos e da assunção de despesas sem disponibilidade financeira no fim do mandato. Somadas, as penas podem chegar a 16 anos de prisão, além de sanções como perda de direitos políticos, ressarcimento ao erário e pagamento de multas. A votação histórica da CPI marca um divisor de águas na política de São Caetano e coloca, pela primeira vez, um ex-prefeito da cidade sob risco concreto de responsabilização por suposta má gestão dolosa das contas públicas.

<https://newsabcpost.com/auricchio-se-torna-primeiro-ex-prefeito-de-sao-caetano-associado-a-crimes-fiscais-em-cpi/>

Veículo: Online -> Site -> Site News ABC Post

Seção: São Caetano